



PLANO DE ENSINO 2023/2

Disciplina:	20263013 CONTROLADORIA E GOVERNANÇA PÚBLICA	C.H: 60 horas	Turma: T01
Unidade:	ESAN - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS		
Professor(es):	Luiz Miguel Renda dos Santos		
Curso(s):			

1.Ementa :

O orçamento e a contabilidade pública de acordo com os padrões internacionais. Modelos prestação de contas para com a sociedade, bem como estudar e discutir temas atuais sobre finanças públicas com a perspectiva do desenvolvimento e enriquecimento da cidadania.

2.Conteúdo Programático :

- 1 Contextualização sobre Governança Pública e Controle
- 2 Revisão Sistemática sobre Governança e Controle
- 3 Governança Pública e Teorias Relacionadas
- 4 Mecanismos de Governança
- 5 Visão Sistêmica da Controladoria
- 6 Apresentação da Primeira Atividade
- 7 Controladoria na Governança Pública
- 8 Planejamento Estratégico no Setor Público
- 9 Apresentação Intermediária de Atividades
- 10 Governança para Resultados Encontro
- 11 Planejamento Orçamentário Governamental
- 12 Controle Interno e Gestão de Riscos Encontro
- 13 Gestão de Riscos e Controle na Administração Pública Encontro presencial
- 14 Monitoramento e Avaliação
- 15 Apresentação Final das Atividades

3.Objetivos :

Objetivo Geral: Abordar o conceito e as características da Controladoria e da Governança com enfoque no planejamento e orçamento público. Os objetivos específicos: - Contextualizar os conceitos fundamentais da Governança no setor público; - Identificar quais as funções, os modelos e os conceitos fundamentais da Controladoria; - Reconhecer os modelos de planejamento e orçamento e suas evoluções na administração pública; - Analisar as principais funções das medidas de desempenho da Administração Pública;

4.Avaliação :

Avaliação Seminários: compõe 40% da nota Apresentação Tutorada: compõe 20% da nota Relatório técnico e resenha crítica: compõe 40% da nota Form./ cálculo $MA - AT * 20\% + SEM * 40\% + AC * 40\% = MF$

5.Metodologia :



PLANO DE ENSINO 2023/2

Disciplina: 20263013 CONTROLADORIA E GOVERNANÇA PÚBLICA **C.H:** 60 horas **Turma:** T01

Nas aulas presenciais o professor procederá a uma aula expositiva resumindo os assuntos a serem estudados no tópico da aula em questão. Essa atividade terá uma duração mínima de 30 minutos, podendo se estender até 120 minutos. A diferença de 120 minutos que ocorrer nas aulas deve ser preenchida com os seminários e na ausência destes com estudos em grupo do tópico em questão. Por esta razão os alunos devem trazer em todas as aulas o tópico correspondente do guia didático e os artigos recomendados no tópico e avaliados pelo professor. Seminários — Estabelecer um número de seminários no semestre possivelmente 8 (oito) cada um deles apresentado por um grupo de alunos. Duração de 40 minutos com outros 20 minutos para debate. O professor estabelecerá os temas do seminário que poderão ou não coincidir com os tópicos do guia didático (O grupo deve elencar questões para debate) Sugestão: a turma deverá ser dividida em grupos para efeito de trabalhos e seminários. Todos os grupos terão como uma de suas atividades obrigatórias a produção de uma resenha do(s) tópico(s) em estudo, incluindo os artigos de leitura obrigatória. O professor listará o tópico ou tópicos que deverão ser tratados em cada resenha. Debate - O professor indicará os tópicos possíveis para o debate. Caso seja adequado, os temas poderão ser indicados pelos próprios alunos. O professor atuará como moderador do debate, destacando os pontos mais importantes e também conduzindo a discussão. Todos os alunos deverão participar ativamente, apresentando contribuições. Cada contribuição deve ser de, no máximo, 10 minutos. Nos casos de apresentação de opiniões e questionamentos poderá ser concedido o direito à resposta. A pontuação será concedida com base na qualidade das respostas apresentadas.

6. Bibliografia :

Bibliografia Básica: BRASIL. Lei 4.320 de 17 de março de 1964. 16 ed. São Paulo: Atlas, 1993. BRASIL.

Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2001. BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão.

Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília, DF. 2009. 112 p. Disponível em: <https://issuu.com/saberes.seap/docs/guia_indicadores>. Acesso em: 26 jul. 2020.

• COELHO, Daniela Miguel. QUINTANA, Alexandre Costa. Análise do Desempenho Econômico e Financeiro de entidades da Administração Pública Direta: um caso da Prefeitura Municipal de Rio Grande (RS). Revista Cont. Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1, maio-ago. 2008. Disponível em: . Acesso em: 26 jan 2022.

MARTINS, Humberto Falcão e MARINI, Caio. Um guia de Governança para Resultados na Administração Pública. Brasília: Editora Publif, 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_governanca_resultados_administracao_publica.pdf>. Acesso em: 26 jan 2022.

PEIXE, B. C. Severino, FILHO, C. da Rosa e PASSOS, G. de Abreu. Governança Pública e Accountability: Uma Análise Bibliométrica das Publicações Científicas Nacionais e Internacionais. São Paulo: USP, 2016. SILVESTRE, Hugo C. A (Nova) governança pública. Brasília: Enap, 2019.

MARTINS, Humberto Falcão e MARINI, Caio. Um guia de Governança para Resultados na Administração Pública. Brasília: Editora Publif, 2010. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_governanca_resultados_administracao_publica.pdf>. Acesso em: 26 jan 2022.

SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005. SLOMSKI, V. et al. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

AFSAY, AKRAM. et al. A meta-analysis of factors affecting acceptance of information technology in auditing. International Journal of Accounting Information Systems. Elsevier. v.49, Jun, 2023. <https://doi.org/10.1016/j.accinf.2022.100608>

• BRASIL. Tribunal de Contas da União . Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Versão 2 - Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: file: <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/governanca/home/home.htm>>. Acesso em: 7 mar. 2016. • GIACOMONI, James. Controle e Avaliação da Execução Orçamentária. In: _____. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 340-366.



PLANO DE ENSINO 2023/2

Disciplina: 20263013 CONTROLADORIA E GOVERNANÇA PÚBLICA **C.H:** 60 horas **Turma:** T01

Lyra, Marcos S. et al. Fraud, corruption, and collusion in public procurement activities, a systematic literature review on data?driven methods. Applied Network Science. Springer, 2022 ed. 7. p. 83. <https://doi.org/10.1007/s41109-022-00523-6>

• MELLO, Gilmar Ribeiro de; BITENCOURT, Ana Carolina Esteves dos Passos; MAGALHÃES, Arthur Olivare de e SLOMSKI, Valmor. Nível de disclosure do orçamento público federal brasileiro. Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá, v. 26, n. 1, p. 42-53. Jan.-Abr. 2007. Disponível em: . Acesso em: 03 mar 2016.

• RAMADHAN, Sayel. Budgetary accounting and reporting practices in Bahraini governmental units: an empirical study. International Business Review, Belgium: EIBA v. 18, p. 168-183, 2009. Disponível em: . Acesso em: 6 mar. 2016. VALMORBIDA, S. M. lesbik et al. Avaliação de Desempenho e Contabilidade Gerencial: Revisão Integrativa da Literatura para Superar as Dificuldades de Aplicação Prática da Avaliação de Desempenho na Gestão Organizacional. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 21, n. 3, p.339-360, set. - dez. 2018

ROBERT S. KAPLAN E DAVID P. NORTON. A estratégia em ação: balanced scorecard. Gulf Professional Publishing. 1997.

ZAFRA-GOMES, L. J., LÓPEZ-HERNÁNDEZ, A. M., & HERNÁNDEZ-BASTIDA, A. Developing a model to measure financial conditon of local government. Spain: University of Granada. 2008.

Aprovado em 31/07/23